

Ata da reunião ordinária do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (662) da Universidade Estadual - UEL, realizada no dia 16 de dezembro de 2021.

No dia 16 do mês de dezembro, do ano de dois mil e vinte e um, às quatorze horas, na sala virtual, **link: meet.google.com/gvn-ymnx-kmk**, em razão do isolamento social, decorrente da pandemia de coronavírus, reuniu-se o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, sob a presidência do Reitor Prof. Dr. Sérgio Carlos de Carvalho, com a presença do Vice-Reitor, Prof. Dr. Décio Sabbatini Barbosa e dos seguintes Conselheiros: José Miguel Arias Neto, Lucia Giuliano Caetano, Marcelo Alves de Carvalho, Silvia Regina Tacla, Inês Cristina de Batista Fonseca, Jurandir Guatassara Boeira, Orlando Mendes Fogaça Júnior, Nídia Aparecida Hernandez, Alexandre Orsato, Cássia Vanessa Olak Alves, Laura Taddei Brandini, Maria Fernanda Rodrigues Graciano, Teba Silva Yllana, Renata Kobayashi, Eliana Silicz Bueno, Saulo Fabiano Amâncio Vieira, Keli Regiani Tomeleri Fonseca Pinto, Ângela Palma, Patrícia Ayub da Costa, Mariana Bologna Soares Andrade, Maria Cristina Solci, Edmarlon Giroto, Edméia Aparecida Ribeiro, Natália Nazário Moreira, Natália Rodrigues de Held, Clarice Trembl Gomes, Dara Regina Ferreira Rufino, Paulo César Carrasco Chiconello, Paulo Rogério Catarini da Silva, Eduardo A Araújo, Mara Solange Gomes Dellaroza e Marta Gimenez Favaro. Ausências justificadas: Clísia Mara Carreira, Danielle Venturini, Mauro Roberto Rodrigues, Ana Luisa Lustosa Cavalcante, Ulisses de Pádua Pereira, Ana Claudia Saladini, Tânia da Costa Fernandes, Maira Bonafé Sei e Thaís dos Santos Moraes. Convidados: Ana Márcia Carvalho, Mario Sérgio Mantovani, Pedro Livoratti, Maria Elisa Cestari, Ana Maria Silva, Neide Tomimura, Leandro Deehl, Adriana Lourenço Soares, Alberto Duran Gonzalez, Cintia Lara, Lisiane Freitas de Freitas e Débora Maiara. **I. ORDEM DO DIA. Item 1 - Discussão e votação da Ata CEPE 661, de 25 de novembro de 2021.** Aprovada por unanimidade. **Item 2) Processo 3987/2021 - PROPPG - deliberar acerca da minuta de Resolução que reestrutura o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação - PROITI, da Universidade Estadual de Londrina (Relator: Prof. Dr. Eduardo José de Almeida).** Trata-se apenas de uma atualização no texto, para consolidar a iniciação tecnológica, principalmente decorrente da Lei de Inovação, e a UEL tem avançado nisso. Caracterizar melhor a produção de tecnologia. Os programas foram mais bem descritos para orientar a comunidade universitária. Atualizamos o perfil de orientadores, agregando-os na categoria sênior e em disposição funcional. Acréscimo dos artigos de sanções para orientadores e bolsistas que descumprem as exigências do programa, após um ciclo. O comitê PROITI já vem aplicando essas sanções,

1 mas, precisávamos ainda ter isso descrito em um ato normativo. **Item 3)**
2 **Processo 9120/2021 - PROPPG - deliberar acerca da minuta de**
3 **Resolução que atualiza normas para projetos de pesquisa na**
4 **Universidade Estadual de Londrina (Prof. Dr. Eduardo José de**
5 **Almeida).** É uma atualização da resolução vigente, dando mais celeridade
6 ao trâmite atual. Informamos que todas as sugestões/alterações apontadas
7 pela PJU foram acatadas, com exceção da modificação sugerida para o Art.
8 12, que está sendo elaborada uma minuta de resolução C.U. de Política de
9 Patrimônio Genético e também para manter a uniformidade de informações
10 em relação ao CEP, CEUA e CIBio. Ainda precisaríamos fazer pequenos
11 ajustes, para alinharmos à Política de Inovação, mas, isso já está sendo
12 trabalhado. Profa. Ângela Palma – essas sugestões passaram pela Câmara
13 de Pesquisa? Prof. Eduardo Almeida – não houve tempo hábil, mas, está
14 alinhada com as proposições que já foram aprovadas naquela instância.
15 Profa. Ângela Palma – considerando o volume de trabalho, a PROPPG está
16 pensando em não promover mais as comissões de pesquisa dos
17 departamentos e manter só a do Centro? Seria interessante pensar sobre
18 isso, não só as de pesquisa, mas, de extensão também, porque fica difícil
19 encontrar docentes em número suficiente para preencher a todas essas
20 funções. Prof. Eduardo Almeida – isso ainda não foi pautado na PROPPG,
21 mas, podemos avaliar. Profa. Ângela Palma – se o coordenador precisar de
22 uma prorrogação além dos 36 meses, por que só nesse caso ele precisa
23 passar pela Câmara de pesquisa? Prof. Eduardo Almeida – em razão do
24 tempo regular de 36 meses, é muito incomum os pesquisadores proporem
25 projeto com menos tempo. Profa. Inês Cristina – entende que o projeto ele
26 não termina nos 36 meses, até porque surgem publicações científicas, não
27 tendo isso, pelo menos, uma publicação em um evento acadêmico, é
28 preciso considerar a disseminação. Prof. Eduardo Almeida – três Centros
29 de Estudos trouxeram essa proposta e a Câmara de Pesquisa aprovou. A
30 justificativa apresentada foi o fato de que existem projetos que geram
31 produções que demoram mais para serem concretizadas, formalizadas,
32 como escrita de livros, publicação em revistas e a aquelas que dependem
33 de sigilo, principalmente na área de inovação, se for publicada antes, gera
34 um prejuízo ao estudo. O relatório tem que ter uma consistência formal para
35 que ele seja aprovado, não necessariamente a publicação científica,
36 naquele momento. As áreas são muito distintas. Prof. Miguel Arias – como
37 a maior parte dos projetos se entrelaçam com a pós-graduação, e isso gera
38 pontuação para os programas, penso que só o relatório ser apresentado,
39 acho pouco, uma pesquisa durar 3 anos, precisa apresentar pelo menos um
40 artigo, ou uma publicação em evento científico, apesar da diversidade das
41 áreas. Profa. Laura Brandini – as pesquisas artísticas, às vezes, geram
42 material diferente de um artigo científico. A própria discussão gerada ao
43 longo do projeto, o próprio debate já é um resultado, não só um livro, um

artigo científico. Um relatório bem estruturado, consubstanciado, pode demonstrar todo o resultado e o percurso do período do projeto. Penso principalmente na área de Humanas e também na área Artística. Profa. Inês Cristina – eu penso que relatórios como esse, podem entrar como exceção, mas, quando vem descrito em uma resolução, ela vira regra. Profa. Nidia Aparecida – o relatório é muito complexo, inclui tabelas de produção com pontuação, e abrange diversos tipos de produtos, contemplando a diversidade de áreas e respectivas características. Traz uma somatória de pontos. O coordenador só tem o relatório aprovado se tiver atingindo uma pontuação mínima necessária. Não é algo tão simples. Prof. Alexandre Orsato – é membro da comissão de pesquisa, pensa que é muito raro um caso de um pesquisador não ter nenhuma produção. Caberá à comissão ler o projeto e compreender os motivos, se o projeto realizou e atingiu os objetivos propostos no projeto, respeitando a diversidade de áreas. Em regime de votação. **Aprovado, com 4 votos contrários e 4 abstenções.**

Item 4) Processo 4279/2021 - PROPPG - deliberar acerca da alteração do número de vagas a serem ofertadas pelo curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Biologia Aplicada à Saúde (Relator: Prof. Dr. Eduardo José de Almeida). Esse curso ofertou a última turma em 2015, e agora querem retomar, a partir dessa reformulação, ampliando o número máximo de vagas, para 50, apostando em uma demanda reprimida, dos anos em que o curso não foi ofertado. Paulo Rogério – o curso foi ofertado 2015 e não era à distância, agora será? Prof. Eduardo Almeida – sim, em 2015, foi presencial, mas, agora, com a reformulação, estão prevendo a oferta no formato remoto. Profa. Ângela Palma – nós já aprovamos em reunião do CEPE, a possibilidade de oferta em formato remoto desses cursos *lato sensu*, desde que previsto no regimento do curso, como é esse caso. Profa. Inês Cristina – com a LGU teremos um número de docentes atrelado ao número de estudantes, então, essa ampliação pode ser positiva. Prof. Sérgio Carvalho – o *lato sensu* não está no cômputo da LGU, só a graduação presencial, residência e os cursos do *stricto sensu*. Em regime de votação. **Aprovado com 1 abstenção.**

Item 5) Processo 7145/2021 - PROPPG - deliberar acerca da ampliação do número de vagas do Programa de Pós-Graduação stricto sensu em Engenharia Civil (Mestrado e Doutorado) (Relator: Prof. Dr. Eduardo José de Almeida). Esse processo se trata da ampliação do número de vagas, em razão do aumento de docentes permanentes, assim como aumento de procura de candidatos em realizar mestrado e doutorado em Engenharia Civil. Em regime de votação. **Aprovado por unanimidade.**

Item 6) Processo 8048/2021 - PROPPG - deliberar acerca da alteração do Regimento e da ampliação do número de vagas do Programa Associado de Pós-Graduação em Engenharia Elétrica - UEL/UTFPR (Doutorado) (Relator: Prof. Dr. Eduardo José de Almeida). Esse processo apresenta uma

1 proposta de alteração no número de créditos do núcleo obrigatório e do
2 núcleo complementar. Também pede ampliação do número de vagas, com
3 a justificativa de aumento de docentes permanentes, assim como aumento
4 de procura de candidatos. Em regime de votação. **Aprovado por**
5 **unanimidade. Item 7) Processo 1802/2021 - CCS / PROGRAD - deliberar**
6 **acerca da proposta de reformulação curricular do Projeto Pedagógico**
7 **do Curso de Graduação em Farmácia (Relatora: Prof^a. Dra. Marta**
8 **Favaro).** Profa. Marta para a palavra para a Profa. Adriana Lourenço que
9 trouxe uma síntese da proposta de reformulação curricular do curso de
10 Farmácia. Faz o relato a Profa. Adriana Lourenço, vice-coordenadora do
11 colegiado do curso. O curso de Farmácia é ofertado na modalidade integral,
12 crédito anual, com 60 vagas anuais. A carga horária total é de 5129 horas.
13 O objetivo dessa graduação é o conhecimento centrado nos fármacos,
14 medicamentos e na assistência farmacêutica, de forma integrada às
15 análises clínicas e toxicológicas, cosméticos e alimentos. Além disso, a
16 promoção do cuidado à saúde do indivíduo, da família e da comunidade. O
17 perfil que se espera do profissional formado é um farmacêutico com
18 formação crítica (reflexiva, humanista e generalista), com conhecimentos,
19 competências e atitudes (social, cultural e econômica) e, sobretudo,
20 conhecimento científico (capacitação técnica, equipe multiprofissional, ética,
21 respeito). Os principais problemas que estávamos vivenciando com a matriz
22 curricular vigente centrava-se em grande número de reprovações, retenções
23 e evasões nas diferentes séries, sobretudo nas séries iniciais. Conteúdos
24 fragmentados, distantes da aplicação e repetitivos. Estágios desde o
25 primeiro ano e formação generalista. Disciplinas optativas (análises clínicas,
26 alimentos e medicamentos). Além disso, precisávamos nos adequar à
27 Curricularização da extensão. Com a reformulação, inserimos um ciclo de
28 disciplinas introdutórias, para um nivelamento. Houve a criação de módulos
29 integrando disciplinas antigas. Os estágios curriculares fazem parte desde
30 o primeiro ano, porém o estágio vocacional ficou para o último ano do curso.
31 Houve a incorporação das optativas essenciais à matriz curricular e o ajuste
32 de 10% da carga horária do curso em Atividades de Extensão – AEX (61%
33 em AEX indicadas e 39% em AEX livres). E decidiu-se pela retirada do
34 Trabalho de Conclusão -TCC do curso. Apesar do incremento das
35 atividades de extensão, a reformulação trouxe uma diminuição da carga
36 horária do curso, passando de 5371 para 5129, esse quantitativo ainda
37 obedecendo às diretrizes curriculares nacionais. Essa carga horária vem
38 dividida, 40% em cuidado em saúde, 40% em tecnologia e inovação e 10%
39 em gestão em saúde. O ciclo básico compreende disciplinas do 1º ao 3º
40 ano, o ciclo intermediário do 2º ao 4º ano, o ciclo profissionalizante contém
41 disciplinas do 3º e 4º anos, e o 5º ano é destinado ao estágio
42 profissionalizante. O Ciclo inicial (nivelamento) envolve as disciplinas:
43 Leitura e Produção de Textos Acadêmicos, Elementos de Matemática,

1 Elementos de bioestatística e Química Geral. Em regime de discussão. Prof.
2 Edmarlon Giroto – como professor da Farmácia agradece o empenho do
3 grupo e dá os parabéns a toda equipe que participou dessa importante
4 reformulação. A formação agora se dará de forma mais holística, mais
5 humanizada. Profa. Nidia Aparecida – qual o motivo de retirada do TCC?
6 Profa. Adriana Lourenço – o TCC não é obrigatório nas nossas Diretrizes
7 Curriculares Nacionais - DCNs e já temos outros espaços na matriz
8 curricular, com ampla carga horária, com muita iniciação científica, então,
9 trabalhos acadêmicos são realizados durante todo o período do curso. Prof.
10 Décio Sabbatini – sabe o trabalho imenso que é realizar uma reformulação
11 curricular, gostou muito do resultado. Gostaria de perguntar se há o
12 entendimento que com essa reformulação o aluno formado terá uma
13 inserção mais adequada ao mercado de trabalho? Profa. Adriana Lourenço
14 – sim, inclusive com as disciplinas optativas, em que ele escolhe
15 determinada área de interesse de trabalho dos estudantes. Os estágios
16 também já apresentam o estudante para o mercado de trabalho. **Aprovado**
17 **por unanimidade. Item 8) Processo 1803/2021 - CCS / PROGRAD -**
18 **deliberar acerca da proposta de reformulação curricular do Projeto**
19 **Pedagógico do Curso de Graduação em Medicina (Relatora: Prof^a. Dra.**
20 **Marta Favaro).** A professora Marta passa o relato ao Prof. Dr. Leandro
21 Diehl. O curso de Medicina é o mais antigo da UEL. Pioneiro em
22 Metodologias Ativas. A graduação em Medicina é ofertada em período
23 integral, com 80 vagas por ano, atualmente com 9.139 horas que se
24 cumprem, regularmente, em 6 anos de curso. O estágio curricular ocorre
25 nas últimas séries (5º e 6º ano), com o internato médico. Importante trazer
26 alguns dados históricos do curso que vem antes da própria criação da UEL.
27 A Faculdade de Medicina do Norte do Paraná foi criada em 1965, por meio
28 do Decreto Estadual 5216, de 21/12/65) e iniciou as atividades em 1967.
29 Depois, essa faculdade foi incorporada à UEL, quando da sua criação, em
30 1970. Hoje já somos 68 turmas formadas, com mais de 5.400 médicos e até
31 o ano de 2009 passamos por 7 reformas curriculares, sendo a que se
32 apresenta agora, a 8ª reestruturação do curso. A Medicina da UEL é
33 referência nacional na adoção de metodologias ativas de ensino-
34 aprendizagem. As justificativas para a reformulação que apresentamos
35 nesse momento, se basearam na mudança do perfil dos estudantes; corpo
36 docente e situação institucional; mudanças na legislação e tendências da
37 profissão e da educação médica; metodologias de ensino-aprendizagem e,
38 especialmente, as avaliações do curso, as externas, compreendendo Teste
39 de Progresso e ENADE e as internas, avaliações docentes e discentes. O
40 Curso de Medicina está alocado no Centro de Ciências da Saúde, mas,
41 envolve, também, disciplinas dos Centros CCB, CCE, CLCH e CECA. Os
42 objetivos da graduação são formar médicos de alto nível de excelência
43 técnico-científica e de formação humanística que se dediquem à promoção

da melhoria da assistência à saúde prestada à população, em todos os níveis de atenção. O sistema acadêmico é o seriado anual, com exame final e com dependência assistida. As atividades acadêmicas compreendem os módulos temáticos transdisciplinares, longitudinais anuais, em bloco e os optativos (semipresenciais; 3ª ou 4ª séries), as disciplinas, o trabalho científico obrigatório (1ª a 4ª séries), estágio curricular obrigatório (5ª e 6ª séries), atividades de Extensão e Atividades acadêmicas complementares. As diretrizes do currículo são formadas por: estrutura modular (transdisciplinaridade); Ensino centrado no estudante; Uso de metodologias ativas de ensino-aprendizagem (Team-Based Learning – TBL, na 1ª série), (Problem-Based Learning – PBL, na 2ª série), (Case-Based Learning – CBL, nas 3ª e 4ª séries), além do contato com a comunidade constante, desde o início do curso, o que torna a formação mais humanizada. A carga horária total do curso, atualmente é de 148.294 mil horas e a proposta dessa reformulação passa o curso de medicina a ter 80.132 mil horas, sem comprometer a formação dos estudantes e sem ferir nenhuma regulamentação da área, ainda estamos dentro do quantitativo exigido pela Diretriz Curricular Nacional. Importante ressaltar que, mesmo com esse enxugamento de carga horária, o curso apresenta algumas necessidades estruturais e administrativas, a exemplo de salas maiores, que favoreçam a aplicação da metodologia da TBL, com carteiras tipo colmeia; Necessitamos de reforma dos laboratórios de Anatomia (CCB) e aquisição de novos materiais didáticos; Funcionários técnico-administrativos para o Colegiado e incremento de carga horária docente para as comissões e funções pedagógicas. Essa reformulação foi realizada pela Coordenação do Colegiado, professoras Ligia Marcia Mario Martin; Neide Tomimura Costa e todos os membros do Núcleo Docente Estruturante: professoras Ana Cláudia Swarça, Francisco Eugenio Alves de Souza, Carlos Takeo Okamura, Celia Cristina Fornaziero, Erika Cristiane Mayumi Miura, Leandro Arthur Diehl, Marco Aurélio Fornazieri, Olavo Franco Ferreira Filho, Renata Maciulis Dip, Ribamar Leonildo Maroneze, e Tania Hissa Anegawa. Em regime de Discussão. Prof. Edmarlon Giroto – sobre os trabalhos científicos, tenho uma dúvida, os orientadores precisam ser somente os formados em Medicina? Outra questão: você mencionou que para a efetivação desse currículo se faz necessário algumas questões, a exemplo de servidores técnicos, não havendo isso, inviabiliza o projeto proposto? Prof. Leandro Dahel – os orientadores podem ser de outras áreas também, inclusive isso favorece a interdisciplinaridade. E sobre os técnicos, é um trabalho muito grande pelo volume de documentos e atividades, que sobrecarregam o coordenador do colegiado. Profa. Neide Tomimura – inviabiliza sim, porque a atividade administrativa toma muito o nosso tempo e acaba prejudicando as atividades acadêmicas e avaliações importantes para o curso de Medicina. Precisamos do apoio de técnicos para viabilizar

os próximos anos desse currículo. Sem esse apoio fica difícil conseguir docente para assumir o cargo de coordenador do colegiado. Em regime de votação. Aprovado por unanimidade. **Item 9) Processo 10201/2021 - PROGRAD - deliberar acerca do Calendário das Atividades de Ensino dos Cursos de Graduação para o ano letivo de 2022 (Relatora: Prof^a. Dra. Marta Favaro).** A proposta de calendário sofreu alterações no texto. O exercício que foi feito, para ser mais palatável para os estudantes, porque ele é muito extenso, colocamos no início de cada data uma frase que possibilite a busca mais fácil. Na página 10 do processo temos um resumo das datas. A proposição da Câmara de Graduação é que iniciemos o ano letivo de 2022 em 01/08/2022 e o término em 02/06/2023. Conseguimos antecipar um pouco a diferença temporal. Ainda seguiremos com essa diferença de um semestre entre o ano civil e o ano acadêmico. Temos os anexos do CCS e do CESA, com suas especificidades. O cronograma das atividades do art. 4º que necessitem de ajustes ao longo do processo, serão feitos por deliberação, apreciados pelos colegiados e câmara de graduação. O calendário apresentado está com 210 dias letivos. Profa. Ângela Palma – há uma legislação com a quantidade de dias por ano e semestre. Mas não está na hora de desobedecermos a essa imposição? A minha proposição é não terminarmos em 09/12, mas, sim, avançarmos até dia 20/12 e terminarmos o segundo semestre mais tarde, para diminuir essa diferença e, assim, conseguirmos de forma mais célere, regular o ano acadêmico. Profa. Marta Favaro – nós demoramos 5 anos para regularizar o calendário após a última greve. Quem nos impõe o número de dias letivos é a LDB, não é uma legislação Estadual. Há a existência de cursos em crédito semestral e, para isso, precisamos de tempo para os procedimentos de registros na PROGRAD. Precisa haver um tempo entre um semestre e outro para regularizar as matrículas, porque renovam a cada semestre, há os processamentos das pautas também. Nós já diminuimos um pouco essa diferença. Podemos levar essa discussão, o ano que vem, a longo prazo, na Câmara de Graduação. Profa. Laura Brandini – A PROGRAD está desenvolvendo esse estudo de regularizar o calendário? Há alguma reflexão para diminuir a diferença? Minha proposição vai no mesmo sentido da Profa. Ângela Palma, estamos com um calendário praticamente europeu, isso prejudica os estágios da licenciatura. Profa. Marta Favaro – a maioria das nossas licenciaturas tem estágios anuais, temos sim essas preocupações, felizmente as escolas estaduais também estão regularizando os seus calendários e estamos conseguindo ajustar esses estágios. O calendário para 2022, já reduzimos o tempo, em quase um mês e nós podemos fazer sim a reflexão, na Câmara de Graduação, porque esse exercício de reflexão não é da PROGRAD, mas sim, de um coletivo de Colegiados que se efetiva na Câmara de Graduação. Essa é uma preocupação e uma angústia de todos os Colegiados. Estamos ajustando os instrumentos e o calendário

sem comprometer o ciclo de formação dos estudantes. Prof. Jurandir Guatassara – o calendário da UEM parece que está mais ágil, mas, precisamos fazer essa reflexão aqui também. Profa. Marta Favaro - A UEM não está mais ágil, eles têm uma composição e registro diferentes. A transição entre um semestre e outro é distinto. Nós estamos mudando a estrutura da pauta eletrônica, promovendo mudanças nos registros. Quando não se fecha uma pauta, se compromete toda a estrutura de registro e fechamento do curso. **Aprovado, com 3 votos contrários. Item 10) Processo 10533/2021 - PROGRAD - deliberar acerca da submissão/participação da UEL no Edital da CAPES/UAB, a ser lançado em janeiro/2022, para nova oferta do Curso de Computação, Modalidade Licenciatura EAD (Relatora: Profª. Dra. Marta Favaro).** Foi uma demanda aprovada em Câmara de Graduação. Tivemos um curso aprovado em resolução CEPE/CA, turma única, com financiamento pela UAB. Nosso curso foi avaliado com nota 4, então, foi reconhecido. É importante para continuarmos com o registro pela UAB, a oferta de uma nova turma. Para participarmos no edital, precisaremos dessa autorização. Não significa que o curso seja ofertado. Para a oferta, precisamos participar do edital, sermos contemplados e o departamento de computação aceitar abrir uma nova turma. Em sendo aprovado, vamos reformular o curso e seguir toda a tramitação necessária. A creditação da extensão será incluída. O edital CAPES será aberto em janeiro de 2022, por isso, a preocupação do departamento de submeter esse processo ao CEPE. Profa. Ângela Palma – se não tivermos a oferta de um curso de graduação EAD, não poderemos como concorrer a nenhum outro edital de fomento pela UAB. Torce para que a UEL seja contemplada pelo edital, e, assim, que seja possível a continuidade dessa licenciatura em EAD. Profa. Laura Brandini – leu o edital e sentiu falta do relato da última experiência do curso, se o número de licenciados corresponde às cidades de pequeno porte, se a formação impacta no IDH. A outra pergunta é: será que esse é o momento de ofertarmos mais um curso em EAD? porque isso desmobiliza professores, estudantes, em um momento em que acabamos de receber a LGU, precisamos dessa reflexão. Não temos que pensar só no edital, de forma fatiada. Estamos avaliando agora, se queremos que esse curso exista. Profa. Marta Favaro – o curso segue o formato da UAB, é sempre pontual, com número de inscritos em oferta única. É possível aprovarmos a autorização de participar no edital, porque é um curso que nos coloca em uma posição de segurança, porque foi reconhecido e nos garante fomento para os cursos de pós-graduação. No atendimento desse curso diferentes polos, municípios pequenos, atingindo uma carência de formação superior desses municípios. Não corremos risco, pela pontualidade da oferta. A estrutura que a UEL tem hoje, não possibilita criarmos cursos na modalidade EAD, porque é uma estrutura completamente diferente e mais complexa,

esse curso só é possível, pelo fomento da UAB. Prof. Miguel Arias – fizemos uma discussão na História, com os estudantes, e chegamos à conclusão de que o EAD tem algumas vantagens que nós não podemos ignorar, ele possibilita maior acesso dos estudantes, de municípios, que jamais teriam a possibilidade de ter um curso universitário. Ele leva a democratização do ensino. Essa é uma modalidade de ensino, sem perder o projeto de universidade pública que sempre almejamos. Prof. Sérgio Carvalho – a UEL é procurada por inúmeros municípios. Os prefeitos relatam a dificuldade dos estudantes de chegarem até às universidades. Porque trabalham, e o deslocamento até a universidade mais próxima é longo, chegam de madrugada, é uma carga muito pesada e procuram esse tipo de formação, são municípios de muito baixo IDH, essa demanda existe e não podemos ignorar, pela nossa missão enquanto universidade. Se uma universidade do porte da UEL não puder ser padrão ouro para esses cursos, as universidades privadas ofertam com qualidade inferior. Em regime de votação. **Aprovado com 4 votos contrários e 1 abstenção. II. INFORMES**

- Profa. Mariana de Andrade fará a leitura de uma carta, mas, como não houve tempo de enviá-la como processo, não entrou na pauta formal, assim, caso haja necessidade, se a situação da CAPES, permanecer assim, faremos o trâmite formal e submeteremos em reunião do CEPE de fevereiro. A carta ainda não está concluída, porque faltam os dados que serão enviados pela PROPPG. “Carta do Colegiado de Pós-Graduação *Stricto Sensu* da Universidade Estadual de Londrina à sociedade civil. Em reunião realizada em 13/12/2021, o Colegiado de Pós-Graduação *Stricto Sensu* da Universidade Estadual de Londrina (UEL) decidiu se posicionar com relação à crise porque passam os Órgãos de Estado que governam a Educação, Ciência e Cultura nacionais. Esta carta tem por finalidade informar a sociedade e a comunidade universitária, particularmente aquela ligada à organização e manutenção dos cursos de mestrado e doutorado, sobre intenções veladas acerca da desestruturação de programas de pós-graduação consolidados e de muito sucesso, além da facilitação e favorecimento de cursos de mestrado e doutorado, por universidades privadas que pouco empreendem para apresentar cursos de qualidade. Entendemos que seja de fundamental importância que outras instâncias desta Universidade, seus Departamentos, Centros e CEPE, além da sociedade civil de Londrina, do Paraná e do Brasil, que assim também o façam, assumindo um posicionamento de cobrança às autoridades competentes. Para isso, é necessário que entendamos a importância das instituições de pesquisa e da qualidade do ensino público. Ao longo dos últimos 50 anos, a pós-graduação brasileira vem se desenvolvendo de maneira consistente, por meio de um projeto nacional que envolveu planejamento participativo, financiamento estratégico e avaliação continuada. Esse processo foi em grande parte conduzido por um órgão

1 governamental denominado CAPES, sigla para Coordenação de
2 Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. A CAPES foi criada em
3 1952 com o objetivo de fomentar a formação de profissionais para atuação
4 no ensino superior. Completará setenta (70) anos de existência no próximo
5 ano e foi modificando e ampliando suas ações ao longo dessas sete
6 décadas, sendo uma balizadora para a implantação e a avaliação do
7 sistema de pós-graduação e, mais recentemente, criadora de programas de
8 fomento da formação inicial e continuada de docentes da Educação Básica
9 (2007). Suas ações se pautam em planos nacionais que servem de
10 parâmetros para avaliar e programar a expansão dos cursos no Brasil. A
11 UEL fez parte desse desenvolvimento, chegando hoje a 47 cursos de
12 mestrado e 33 cursos de doutorado, em todas as áreas do conhecimento.
13 Tal construção exigiu grandes volumes de investimento público estadual e
14 federal, além de esforço e dedicação de profissionais, tanto professores
15 quanto técnicos-administrativos, com formação nas melhores instituições do
16 Brasil e do exterior. Como consequência, a UEL atualmente faz pesquisa de
17 ponta, na fronteira do conhecimento científico em nível nacional e
18 internacional, com o engajamento de pesquisadores, professores e
19 estudantes, em projetos que visam ao progresso da nação em termos de
20 ciência, tecnologia e inovação. Além disso, o sistema é capaz de atrair
21 recursos para a Universidade, que já movimentaram muito dinheiro desde
22 sua implementação. Mesmo com os cortes realizados para a pesquisa e
23 pós-graduação feitos nos últimos anos, além da diminuição do número de
24 bolsas concedidas aos estudantes pelo governo, e da falta de reajustes dos
25 valores das mesmas (valores estes que são os mesmos desde 2014), a pós-
26 graduação movimentou em 2020 um montante de recursos, gerando não só
27 impostos, serviços e produtos para as comunidades local e nacional, mas
28 também contribuindo efetivamente para o desenvolvimento social, científico,
29 tecnológico e de inovação de Londrina e região. Além disso, nos últimos 30
30 anos contribuiu com a formação de mais de 8.000 mestres e mais de 2.000
31 doutores, altamente capacitados que atuam como pesquisadores e
32 docentes do ensino superior nas mais variadas universidades do Paraná e
33 de outras regiões do país. A Universidade possui muitos convênios e
34 projetos com colaboração internacional. Muitos destes parceiros contam
35 também com o capital suspenso, para sua manutenção. O futuro de todo
36 esse sistema bem-sucedido encontra-se em risco. As estratégias para
37 desmonte do sistema e dos modelos de gestão bem-sucedidos parecem
38 residir em três estratégias principais: 1 - Nomeação para postos chaves da
39 CAPES, de representantes de universidades que não possuem nenhuma
40 representatividade nem impacto na produção científica do país ou
41 experiência dentro da comunidade científica nacional, facilitando assim o
42 fluxo de aprovação de medidas de interesse das universidades privadas. 2
43 – Inviabilização dos programas de Pós-graduação da universidade pública

1 com corte de bolsas e verbas para pesquisa, induzindo o fechamento de
2 programas e reduzindo substancialmente a qualidade e volume de produção
3 científica de qualidade e comprometendo a formação de recursos humanos
4 de alto nível em ciência, tecnologia e inovação, e atribuindo a
5 responsabilidade para os programas e universidades. Esta ação pode levar
6 à falsa ideia de que a produção das Universidades Públicas não atende mais
7 às necessidades da sociedade e do país abrindo caminho para a abertura
8 de programas de pós-graduação de instituições com objetivos
9 exclusivamente financeiros. 3 – Conduta controversa do sistema de
10 avaliação que vem sendo aprimorado nos últimos 70 anos, incluindo a não
11 apresentação, até o momento, do Plano Nacional da Pós-Graduação,
12 documento que deve apresentar os objetivos da pós-graduação brasileira
13 para os próximos 10 anos e nortear as ações da CAPES em relação à
14 avaliação e distribuição de verbas (o último plano finalizou-se em 2020 e já
15 deveríamos ter um novo plano em vigor); a constante e autoritária mudança
16 nos encaminhamentos do processo da avaliação quadrienal pela
17 presidência da CAPES que levou ao pedido de desligamento de muitos
18 coordenadores de área e suas equipes de avaliadores e também do Diretor
19 de Avaliação; a exclusão de coordenadores de programas de pós-
20 graduação capacitados do processo da avaliação quadrienal e; a
21 interposição entre os resultados da avaliação quadrienal e do edital de
22 abertura para novos programas de pós-graduação. O objetivo parece existir
23 no afrouxamento dos critérios de aprovação de novos cursos e dos critérios
24 de avaliação dos cursos vigentes. Esta estratégia é capaz de superar os
25 rigores hoje vigentes na CAPES de criação de novos cursos e a sua
26 manutenção, desqualificando o qualificado para valorizar o pouco
27 qualificado. É importante salientar que, pelos critérios atuais da CAPES, não
28 vemos, senão pouquíssimas universidades privadas capazes de atender a
29 esses critérios. Na realidade, apenas algumas universidades filantrópicas
30 poderiam preenchê-los. Por outro lado, a produção intelectual das
31 universidades privadas é pouco expressiva ou incentivada. Não há interesse
32 em contribuir para a produção do conhecimento científico, principalmente
33 nas áreas de ciências da natureza e exatas. Além disso, vemos com elevado
34 ceticismo a disposição dos proprietários de conglomerados educacionais
35 para investirem pesadamente na criação e manutenção de cursos de
36 mestrado e doutorado em alto nível. Além das estratégias controversas
37 apresentadas pela CAPES, salientamos a preocupação com a judicialização
38 do processo de avaliação quadrienal. Tal judicialização além de atrasar os
39 prazos para as análises dos programas, quebra um sistema anual de
40 elaboração de relatórios de atividades da pós-graduação que pode acarretar
41 consequências negativas para os programas tanto em termos de
42 atualização de informações no sistema da CAPES como no atraso de
43 liberação de editais de fomento. Reiteramos que é fundamental uma

1 mobilização em massa para mantermos esse órgão como uma agência do
2 Estado, e não sujeita a interesses de pequenos grupos que buscam sua
3 desestabilização como forma de enfraquecê-la. Restabelecer sua rotina de
4 avaliação dos cursos existentes e dos que pleiteiam iniciar suas atividades
5 é fundamental para que o investimento feito não seja perdido, para o estado
6 de direito e para a democracia. Portanto, esse contexto impõe, mais uma
7 vez, desafios sem precedentes. Crescem, com isso, nossas
8 responsabilidades e disposição para criar diferentes redes e possibilidades
9 de enfrentamento a tais circunstâncias. Neste sentido, reafirmamos a
10 necessidade de defesa do sistema democrático, da pluralidade de ideias, da
11 educação pública e de qualidade, do pensamento científico, das políticas de
12 ações afirmativas que envolvem todo o processo de construção da
13 Universidade e do sistema de pós-graduação brasileiro. Assim, é urgente a
14 manutenção do sistema de avaliação quadrienal dos cursos de pós-
15 graduação conduzido pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de
16 Nível Superior (Capes), construído e aperfeiçoado ao longo de mais de meio
17 século, com reconhecimento, participação e validação de toda a
18 comunidade acadêmica do país. O sistema de avaliação da Capes tem sido
19 fundamental para a criação de medidas e parâmetros publicamente testados
20 e aprovados, reconhecendo o valor da produção científica no Brasil e,
21 consequentemente, contribuindo para sua elevação, em quantidade e
22 qualidade do processo de avaliação dos Programas de Pós-graduação. No
23 momento em que vemos instituições como a CAPES atacadas nos seus
24 fundamentos e com objetivos que, nos parece, não expressam os melhores
25 interesses da comunidade de educadores e cientistas brasileiros, este
26 Colegiado emite um alerta sobre o momento delicado que vivemos e cobra
27 o posicionamento do Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão da
28 Universidade Estadual de Londrina que se posicione de maneira
29 contundente com relação ao desmonte da Educação, Ciência e Cultura
30 assim como articular junto à sociedade civil um posicionamento em prol da
31 defesa da pós-graduação da UEL e de todo o sistema de pós-graduação
32 brasileiro. Prof. Sérgio Carvalho – farei um relato da LGU, mas, retomando
33 desde 2019, porque há alguns membros da comunidade que não se
34 lembram de todos os passos que seguimos até hoje. Em 2019, a SETI
35 escreveu uma minuta de LGU, que tinha como objetivo um parâmetro de
36 distribuição equitativa de distribuição de recursos entre as universidades do
37 Paraná. Há um movimento de fortalecer e fazer crescer as universidades
38 menores, uma vez que UEL e UEM representam 50% do Estado e
39 continuam crescendo. As universidades nunca chegaram a um consenso de
40 como seria essa distribuição, à época, se houvesse essa distribuição, UEL
41 e UEM ficaria com metade do recurso que temos hoje. Houve, então uma
42 movimentação dos reitores para melhorar esses índices. À época o Prof.
43 Aldo Bona defendia um critério para distribuição dos recursos e que fosse

1 levado o texto para as comunidades universitárias discutirem. Esse texto
2 descortinou a realidade de algumas universidades. Para acertar o modelo
3 começou a trabalhar o índice de aluno equivalente, e colocando a pós-
4 graduação *stricto sensu* e residências, a UEL fica como a segunda maior do
5 Estado. Aqui na UEL, discutimos amplamente esse texto, fizemos
6 aproximadamente 200 reuniões, com o resultado abrimos um repositório, no
7 qual colocamos absolutamente todas as discussões e contribuições, desde
8 o DCE, sindicatos, Centros, Comissões. Fizemos uma reunião aberta do
9 Conselho Universitário, no CCB, e a decisão do C.U. foi um parecer negativo
10 ao texto apresentado e decidiu encaminhar a memória das nossas
11 discussões para a SETI e que nós diríamos sim, ou não, ao texto que fosse
12 apresentado à ALEP, por meio do plebiscito. Houve a decisão do Conselho
13 Universitário que a UEL não deveria participar de nenhuma discussão da
14 LGU, eu particularmente gostaria de continuar a discussão, mas, essa
15 decisão foi seguida. O Conselho Universitário também autorizou o reitor a
16 apresentar emendas, caso a lei fosse pautada na ALEP, e veio a pandemia
17 e esse texto ficou parado por 2 anos. Tramitou na SEFA, porém, para a
18 nossa surpresa, no início de dezembro de 2021, foi pautado na ALEP, um
19 texto reformulado. Imediatamente, passamos o texto para todos da gestão,
20 todos os diretores, colocamos no repositório, convocamos uma reunião no
21 mesmo dia, à noite, com os sindicatos e DCE e pautamos o texto como
22 informe no C.U., o Conselho Universitário deliberou por: solicitaram à
23 APIESP, empenho junto aos deputados estaduais, e um posicionamento
24 desta Associação, no que concerne aos pontos a seguir: 1. que a tramitação
25 da atual proposta seja suspensa na ALEP, para que haja tempo para haver
26 novamente o debate amplo, efetivo e democrático com a comunidade da
27 UEL, para apresentação de nova proposta de Lei Geral das Universidades,
28 coerente com a concepção de universidade que consta de nossa missão e
29 que foi conquistada pela sociedade paranaense; 2. que o texto só retorne
30 para a pauta da ALEP, no mínimo no retorno do recesso parlamentar, ou,
31 se possível, em data posterior; 3. e que quando do retorno do projeto de lei
32 à pauta da ALEP, que não seja encaminhado em regime de urgência.
33 Encaminhamos esse expediente à APIESP, e também a todos os
34 deputados. Em primeiro lugar, enviamos ofício para o líder do Governo,
35 para o presidente da ALEP e, na sequência, para todos os demais
36 deputados. Isso gerou uma comoção entre os deputados e o líder do
37 governo quis ouvir os reitores. No domingo à noite fui à Curitiba, fomos até
38 a APIESP e cada reitor teve a oportunidade de colocar a posição de cada
39 Universidade. Nessa ocasião deliberamos que se a LGU fosse mesmo
40 naquela semana, que tínhamos que propor emendas. Levantamos os
41 pontos mais duros e que comprometeriam o nosso projeto de Universidade.
42 Após essa reunião, visitamos os deputados, todos nos receberam muito
43 bem e acolheram as sugestões de emendas, inclusive as principais que

1 mitigaram um pouco os efeitos da LGU, foram as nossas propostas.
2 Recebemos bastante apoio do deputado Tiago Amaral, do Evandro Araújo,
3 mesmo sendo ambos da base do governo. Há um deputado, o Omero
4 Marchese, que é muito crítico com as universidades, diz que não estamos
5 trabalhando, que defenderia até a implantação do ponto eletrônico etc, e o
6 deputado Romanelli fez uma defesa contundente, dizendo que as
7 universidades estavam trabalhando e muito, que seguiram com ensino
8 remoto emergencial, outros deputados engrandeceram o trabalho das
9 instituições, nos defenderam, a exemplo do Tercílio Turini, do Goura, do
10 Tadeu Veneri, do Tiago Amaral, do Evandro Araújo, dentre outros. Sobre o
11 TIDE dos docentes salientamos que o percentual de 70% vai contra a
12 política de Inovação. Houve também uma pressão da sociedade civil
13 organizada para os deputados trabalharem para reduzir danos da LGU,
14 ACIL, Sociedade Rural, AMEPAR todas apoiando as universidades. Houve
15 a proposição de 66 emendas. Temos que fazer justiça, mas, Tercílio Turini,
16 Arilson, Goura, Tadeu Veneri, Tiago Amaral, Evandro Araújo, Michele
17 Caputto e Romanelli foram imprescindíveis na redução de danos, pelas
18 tratativas parlamentares. As emendas da oposição foram todas reprovadas.
19 A base aprovou algumas, que de certa forma, mitigaram os danos,
20 especialmente no tocante aos órgãos suplementares. Fiquei
21 acompanhando todos os dias de votação. Foram três dias exaustivos. O
22 Plebiscito apontou que 93% da nossa comunidade nega o texto da LGU,
23 mas, desses, 71% são favoráveis a que participemos de um marco
24 regulatório para as universidades. Fui o único reitor a permanecer lá na
25 ALEP o tempo todo. O Conselho Universitário foi honrado pela nossa
26 presença. Profa. Edmeia Ribeiro – como diretora de um órgão suplementar,
27 fico muito preocupada, não compreendi o que ficou de resultado da LGU.
28 Prof. Sérgio Carvalho – o nosso pedido é que os órgãos suplementares
29 ficassem de fora da LGU, para garantir a força de trabalho em número de
30 técnicos, foi uma emenda elaborada por nós e defendida pelo deputado
31 Tiago Amaral, porém, não foi acatada. O percentual de técnicos atrelado ao
32 número de alunos equivalentes, reduz o número de vagas de técnicos dos
33 órgãos. Hoje, para tocar o Ensino, nós temos 716 vagas, o que sustenta
34 apenas os Centros de Estudos e as Pró-Reitorias. Há 464 vagas que estão
35 nos órgãos suplementares. Mas, a LGU, cravou um percentual que não
36 atinge a essa soma. Na nossa leitura, essa estrutura de prestação de
37 serviços não foi considerada em nenhum parâmetro, tudo foi acoplado na
38 necessidade de aluno equivalente. O número da COU, por exemplo, não
39 pode ficar atrelado ao número de estudantes do curso de Odontologia, mas,
40 sim, pelo crescimento da população, o mesmo ocorre com o HV. Agradece
41 a presença de todos nesse Conselho e o comprometimento ao longo de todo
42 o ano de 2021. Esse conselho trabalhou arduamente. Os colegiados não
43 pararam. Se alguém nesse estado tentar destruir a UEL, nós vamos

1 responder que somos a maior e melhor Universidade pública do Paraná. A
2 UEL é esperança que se realiza, com o trabalho de todos vocês! Nada mais
3 havendo para tratar, o Prof. Sérgio Carlos de Carvalho agradeceu a
4 presença de todos e encerrou a reunião e eu, Deise Mary Garbelini
5 Bergamin, Secretária Geral dos Órgãos Colegiados Superiores lavrei esta
6 ata, que após lida e aprovada, será assinada por mim e pelos membros
7 do Conselho presentes na reunião.

8
9 Sérgio Carlos de Carvalho
10 Reitor

11
12 Décio Sabbatini Barbosa
13 Vice-Reitor

14
15 José Miguel Arias Neto
16 Representante da Câmara de Graduação

17
18 Lúcia Giuliano Caetano
19 Representante da Câmara de Graduação

20
21 Marcelo Alves de Carvalho
Representante da Câmara de Graduação

22
23 Silvia Regina Tacla
Representante da Câmara de Graduação

24
25 Inês Cristina de Batista Fonseca
26 Representante da Câmara de Graduação

27
28 Jurandir Guatassara Boeira
29 Representante da Câmara de Graduação

30
31 Orlando Mendes Fogaça
32 Representante da Câmara de Graduação

33
34 Nídia Aparecida Hernandes
35 Representante da Câmara de Pesquisa

36
37 Alexandre Orsato
38 Representante da Câmara de Pesquisa

39
40 Cássia Vanessa Olak Alves.
41 Representante da Câmara de Pesquisa

42
43 Laura Taddei Brandini
44 Representante da Câmara de Pesquisa

45
46 Maria Fernanda Rodrigues Graciano
47 Representante da Câmara de Pesquisa

1		
2	Teba Silva Yllana	_____
3	Representante da Câmara de Extensão, Cultura e Sociedade	
4		
5	Renata Katsuko Kobayashi	_____
6	Representante da Câmara de Extensão, Cultura e Sociedade	
7		
8	Eliana Silicz Bueno	_____
9	Representante da Câmara de Extensão, Cultura e Sociedade	
10		
11	Saulo Fabiano Amâncio Vieira	_____
12	Representante suplente da Câmara de Extensão, Cultura e Sociedade	
13		
13	Keli Regiane Tomeleri Pinto	_____
14	Representante da Câmara de Extensão, Cultura e Sociedade	
15		
16	Patricia Ayub da Costa	_____
17	Representante da Câmara de Pós-Graduação	
18		
18	Ângela Pereira Teixeira Victória Palma	_____
19	Representante da Câmara de Pós-Graduação	
20		
21	Mariana Bologna Soares Andrade	_____
22	Representante da Câmara de Pós-Graduação	
23		
24	Maria Cristina Solci	_____
25	Representante da Câmara de Pós-Graduação	
26		
27	Edmarlon Giroto	_____
28	Representante do Órgão Suplementar (LM)	
29		
30	Edméia Aparecida Ribeiro	_____
31	Representante do Órgão Suplementar (Museu)	
32		
33	Natália Nazário Moreira	_____
34	Representante discente	
35		
36	Natália Rodrigues de Held	_____
37	Representante discente	
38		
39	Clarice Tremi Gomes	_____
40	Representante discente	
41		
42		
43	Dara Regina Ferreira Rufino	_____
44	Representante discente	
45		
46	Paulo Cesar Carrasco Chiconello	_____
47	Representante discente	
48		

Livro 20 – CEPE

- 1 Eduardo Almeida Araújo _____
- 2 Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação em exercício
- 3
- 4 Mara Solange Dellarozza _____
- 5 Pró-Reitora de Extensão, Cultura e Sociedade
- 6
- 7 Marta Gimenez Favaro _____
- 8 Pró-Reitora de Graduação